

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.758, DE 2015**

Institui Sistema Nacional de Educação a Distância.

**Autor:** Deputado REGINALDO LOPES

**Relator:** Deputado SARAIVA FELIPE

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise, apresentado pelo nobre Deputado Reginaldo Lopes, institui o Sistema Nacional de Educação a Distância.

A matéria foi distribuída à Comissão de Educação, para exame de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame de constitucionalidade e juridicidade. Está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, conforme o disposto no art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O rito de tramitação é ordinário.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) preceitua no *caput* do art. 80 que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de

ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

O Brasil possui uma longa tradição em EaD. Para citar apenas algumas iniciativas, a Marinha utilizou ensino por correspondência a partir de 1939. Outro pioneiro no ensino por correspondência é o Instituto Universal Brasileiro, que desde 1941 oferece cursos a distância. Em 1996, foi lançada a TV Escola, canal de televisão do Ministério da Educação, que oferece capacitação, aperfeiçoamento e atualização a educadores da rede pública (SARAIVA<sup>1</sup>, 1996).

A EaD obteve ganhos de escala significativos com as modernas tecnologias de informação e comunicação, notadamente pela internet. Observa-se um significativo crescimento de vagas oferecidas, matrículas e concluintes em cursos a distância realizados com o auxílio da rede mundial de computadores.

Segundo o Ministério da Educação, a modalidade de ensino que mais cresce no Brasil é a EaD. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2013, das 3,3 milhões de matrículas no ensino superior registradas entre os anos de 2003 e 2013, um terço correspondia aos cursos a distância.

Em 2000, o Censo registrava 1.682 matrículas na graduação a distância; em 2004, elas já eram 59.611; em 2012, ultrapassaram o patamar de um milhão de matrículas. Em 2014, foram registradas 1.341.842 matrículas por EAD (90% privadas), oferecidas em 1.365 cursos superiores, dentre os quais predominavam as licenciaturas.

Temos, portanto, um panorama que convida o Poder Público a se debruçar sobre a matéria. O Projeto de Lei nº 3.758, de 2015, de autoria do ilustre Deputado Reginaldo Lopes, avança no intuito de transformar a educação a distância em uma política de Estado, de cunho mais perene, consolidando sua oferta com qualidade como ação governamental relevante, que colabora para a garantia do direito à educação de um número significativo de brasileiros.

De modo geral, o PL nº 3.758, de 2015, institui o Sistema Nacional de Educação a Distância, composto por dois outros sistemas, o

---

<sup>1</sup> SARAIVA, Terezinha. *Educação A Distância No Brasil: Lições da História*. In: Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun.1996.

Universidade Aberta do Brasil (UAB), destinado à educação superior, e a Rede E-Tec Brasil, voltado à educação básica. O Capítulo I se dedica a definir o Sistema Nacional de Educação a Distância e elenca os objetivos gerais para a educação superior e para a educação básica. O Capítulo seguinte dispõe sobre Sistema UAB e orienta a articulação entre seus componentes. O último Capítulo se dedica à Rede E-Tec Brasil, bem como descreve seus componentes e o modo de articulação entre eles.

Acreditamos que o PL em análise é meritório, posto que busca integrar iniciativas já existentes em um modelo mais sistêmico de educação a distância. Pelas dimensões continentais do nosso País, certamente a EaD, ministrada por profissionais bem formados, com recursos didáticos e infraestrutura adequados, contribuirá para a consecução das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação que dizem respeito à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio (meta 11), à integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional (meta 10) e à elevação das taxas brutas e líquidas de matrículas na educação superior (meta 12).

Além do mais, a educação pública a distância precisa expandir sua oferta, pois, de acordo com o Censo da Educação Básica de 2013, apenas 14% da oferta de EaD em nível superior é realizada por instituições públicas.

Destacamos ainda que, consoante justificção do Projeto, a proposição ora relatada não cria novas despesas para o Poder Executivo, porquanto os sistemas UAB e Rede E-Tec Brasil já são participam das dotações orçamentárias do Ministério da Educação.

O substitutivo que ora propomos não realiza alterações materiais no Projeto de Lei, mas o aprimora com as seguintes sugestões:

- 1) modifica o inciso III do art. 10, para incluir as instituições de educação do Distrito Federal como partícipes do Sistema Rede E-Tec Brasil;
- 2) renumera os capítulos, uma vez que erro formal se verifica a partir do Capítulo “Da Educação Superior”, que mantém a mesma numeração em algarismos romanos do Capítulo I “Do Sistema Nacional de Educação a Distância”; e

3) inclui o Capítulo IV, intitulado “Disposições Finais”, para melhor técnica legislativa, visto que o art. 14, o qual estabelece a cláusula de vigência, não se coaduna com a matéria disposta no capítulo anterior.

Em face de todo o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.758, de 2015, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado SARAIVA FELIPE

Relator

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.758, DE 2015**

Institui Sistema Nacional de Educação a Distância.

O Congresso Nacional decreta:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Art. 1º Fica instituído Sistema Nacional de Educação a Distância (SNED), composto pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pelo Sistema Rede E-Tec Brasil, voltados para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância em seus respectivos níveis de ensino, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos, programas e projetos de educação no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema Nacional de Educação a Distância:

I – estabelecer diretrizes, normas e regulamentos para organizar a estrutura e o funcionamento da educação a distância no País que assegure qualidade de ensino, compreendendo formação dos profissionais da educação e infraestrutura adequadas;

II – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade educação a distância, bem como para a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino apoiadas em tecnologias de informação e comunicação;

III – agregar instituições de ensino que promovem a educação profissional e tecnológica, nos diversos níveis e etapas de ensino, em rede nacional;

IV – para a educação superior:

a) oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica pública;

b) oferecer cursos superiores para capacitação de profissionais da educação escolar básica pública;

c) oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

d) ampliar o acesso à educação superior pública no País;

e) promover o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada para os profissionais da educação que atuam na educação superior pública, na modalidade de educação a distância;

f) fomentar o desenvolvimento de projetos voltados à produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação superior pública na modalidade educação a distância; e

g) reduzir as desigualdades regionais de oferta de educação superior no País;

V – para a educação básica:

a) expandir a oferta e ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de nível básico na modalidade educação a distância, em rede nacional, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;

b) incrementar a capacitação profissional inicial e continuada dos estudantes matriculados na educação profissional tecnológica oferecida na educação básica, com políticas públicas específicas de estímulo aos egressos do ensino médio propedêutico e aos estudantes que frequentam a educação de jovens e adultos;

c) ampliar, para jovens e adultos, o ingresso, a permanência e a conclusão do ensino médio;

d) fomentar, junto a instituições públicas de ensino, em especial às diretamente dedicadas à educação profissional e tecnológica de nível básico, o desenvolvimento de projetos, de pesquisas, de materiais pedagógicos e de metodologias educacionais para a formação inicial e continuada de professores da educação profissional e tecnológica que atuam na modalidade educação a distância;

e) promover o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada para os profissionais da educação pública que atuam na educação profissional e tecnológica de nível básico, na modalidade educação a distância;

f) fomentar o desenvolvimento de projetos voltados à produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica de nível básico na modalidade educação a distância;

g) reduzir as desigualdades regionais de oferta de educação profissional e tecnológica de nível básico no País.

Art. 2º Para integrar o Sistema Nacional de Educação a Distância, as instituições de ensino interessadas deverão constituir polos de apoio presencial para a execução de atividades didático-administrativas de suporte aos cursos ofertados.

§ 1º Para os fins desta Lei, caracteriza-se como polo de apoio presencial a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino.

§ 2º Os polos de apoio presencial do Sistema Nacional de Educação a Distância deverão contar com espaço físico adequado, infraestrutura e recursos humanos necessários ao desenvolvimento das fases presenciais de seus cursos, programas e projetos, inclusive para o atendimento dos estudantes em atividades presenciais previstas na legislação vigente.

§ 3º O órgão ou a entidade do Poder Executivo Federal responsável pelo Sistema Nacional de Educação a Distância fixará os critérios de credenciamento ou de habilitação dos polos de apoio presencial, levando em conta sua capacidade de adaptação para o ensino a distância.

Art. 3º O órgão ou a entidade do Poder Executivo Federal responsável pelo Sistema Nacional de Educação a Distância coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação das atividades do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Sistema Rede e-Tec Brasil.

Art. 4º O órgão ou a entidade do Poder Executivo Federal responsável pelo Sistema Nacional de Educação a Distância prestará apoio técnico e financeiro para a consecução das ações das atividades do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e do Sistema Rede e-Tec Brasil, nos termos do regulamento.

## CAPÍTULO II

### DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 5º O Sistema Nacional de Educação a Distância, no que se refere às instituições e aos cursos destinados à educação superior, será organizado e gerido pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), cumprindo suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial.

Art. 6º O órgão ou entidade do Poder Executivo Federal responsável pelo Sistema UAB buscará firmar acordos de cooperação técnica ou convênios com os demais entes federativos e com instituições públicas de ensino superior, credenciadas nos termos do regulamento, que tenham interesse em manter polos de apoio presencial do Sistema UAB, observado o disposto no art. 7º desta Lei.

Art. 7º A articulação entre cursos e programas de educação superior a distância e polos de apoio presencial será realizada pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Federal responsável pelo Sistema UAB, que definirá, nos termos do regulamento, os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o Sistema UAB.



Art. 8º A coordenação da implantação, do acompanhamento, da supervisão e da avaliação dos cursos do Sistema UAB será realizada pelo órgão ou entidade responsável do Poder Executivo Federal.

### CAPÍTULO III

#### DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 9º O Sistema Nacional de Educação a Distância, no que se refere às instituições e aos cursos destinados à educação básica, será organizado e gerido pelo Sistema Rede e-Tec Brasil, cumprindo suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração da União com os demais entes federativos, mediante a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica a distância por instituições que ofereçam educação básica, em articulação com polos de apoio presencial.

Art. 10. Compreendem o Sistema Rede e-Tec Brasil:

I - instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

II - unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica;

III - instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino e do Distrito Federal; e

IV - instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas municipais de ensino.

Art. 11. O órgão ou a entidade do Poder Executivo federal responsável pelo Sistema Rede e-Tec Brasil buscará firmar acordos de cooperação técnica ou convênios com os demais entes federativos e com instituições públicas de educação básica, habilitadas nos termos do regulamento, que tenham interesse em manter polos de apoio presencial do Sistema UAB, observado o disposto no art. 12 desta Lei.

Art. 12. A articulação entre os cursos de educação profissional e tecnológica a distância, na educação básica, e os polos de apoio presencial será realizada pelo órgão ou entidade do Poder Executivo federal responsável pelo Sistema Rede e-Tec Brasil, que definirá, nos termos do regulamento, os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o Sistema Rede e-Tec Brasil.

Art. 13. A coordenação da implantação, do acompanhamento, da supervisão e da avaliação dos cursos do Sistema Rede e-Tec Brasil serão realizados por órgão ou entidade responsável do Poder Executivo federal.

#### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado SARAIVA FELIPE

Relator